

FAUSTINO RIBEIRO JUNIOR: VERSÕES E CONTROVÉRSIAS MÉDICAS EM SALVADOR NO LIMIAR DO SÉCULO XX

Rafael Rosa da Rocha*
Marcelo Souza Oliveira**

RESUMO: Este artigo apresenta e analisa os variados olhares e significados apresentados pelos periódicos baianos *Diário de Notícias*, *A Bahia*, *Jornal de Notícias* e *Correio do Brasil*, acerca da prática curativa de Faustino Ribeiro Junior (1870-19??) em Salvador, em 1903. Professor Faustino, como ficou conhecido, foi um famoso curandeiro que utilizava a imposição das mãos como prática curativa. Os periódicos, em sua maioria, saíram na ofensiva contra Faustino. Essa foi a posição do *Diário de Notícias*, *A Bahia* e *Correio do Brasil*. O único a se posicionar em favor do curandeiro foi o *Jornal de Notícias*. Tais posicionamentos têm relação com suas posições políticas partidárias, no caso dos primeiros, e religiosas, no caso do segundo. A discussão em tomo das leituras que a imprensa baiana fez sobre Faustino abre a possibilidade para se discutir o prestígio alcançado por um “curandeiro” perseguido pela Inspeção Geral de Higiene, instigada por alguns periódicos, e compreender a partir deste viés os embates em tomo do jogo político baiano.

PALAVRAS-CHAVE: Faustino Ribeiro Junior; Práticas curativas; Jornais.

* Doutorando em História Social pela Universidade Federal da Bahia, onde desenvolve pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2015. Graduado em Licenciatura em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) em 2012.
E-mail: rafaelrosa.historia@gmail.com

** Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Estudos da Linguagem e Graduado em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). É professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), onde exerce também os cargos de Diretor Acadêmico e Coordenador Geral do Programa Ciência Itinerante.
E-mail: marcelo.oliveira@catu.ifbaiano.edu.br

FAUSTINO RIBEIRO JUNIOR: VERSIONS AND MEDICAL CONTROVERSIES IN THE TWENTIETH CENTURY THRESHOLD IN SALVADOR

ABSTRACT: This article presents and analyzes the various views and meanings presented by *Diário de Notícias*, *A Bahia*, *Jornal de Notícias* and *Correio do Brasil*, periodicals from Bahia, about the healing practice of Faustino Ribeiro Junior (1870-19??) in Salvador, in 1903. Professor Faustino, as he became known, was a famous healer who used the imposition of hands as a healing practice. Newspapers have often positioned themselves against Faustino. That was the position of the *Diário de Notícias*, *A Bahia* and *Correio do Brasil*. The only newspaper which positioned in favor of the healer was the *Jornal de Notícias*. The opinions of the journals are related to their political and religious views. The views that Bahiana press had about Faustino opens the possibility to discuss the prestige achieved by a “healer” pursued by the General Inspection of Hygiene, instigated by some journals, and understand from this bias the clashes around the Bahiano political game.

KEYWORDS: Faustino Ribeiro Junior; Healing practices; Newspapers.

FAUSTINO RIBEIRO JUNIOR: VERSIONES Y CONTROVERSIAS MÉDICAS EN EL UMBRAL DEL SIGLO XX

RESUMEN: Este artículo presenta y analiza las distintas perspectivas y significados presentados por los periódicos *Diário de Notícias*, *A Bahia*, *Jornal de Notícias* y *Correio do Brasil* acerca de la práctica de curación de Faustino Ribeiro Júnior (1870-19??) en Salvador, en 1903. El profesor Faustino, como llegó a ser conocido, fue un famoso curador que utilizó la imposición de manos como una práctica de curación. Grande parte de los periódicos criticó a Faustino. Esa fue la posición del *Diário de Notícias*, del *A Bahia* y del *Correio do Brasil*. La única posición a favor del curador fue la del *Jornal de Notícias*. Esos posicionamientos se relacionan con posiciones político partidarias, en el caso de los dos primeros, y religiosas, en el caso del segundo. La discusión sobre las lecturas que la prensa bahiana hizo sobre Faustino abre la posibilidad de discutir el prestigio alcanzado por un “curador” perseguido por la Inspección General de Sanidad, instigada por algunos periódicos, y entendida a partir de la perspectiva de los enfrentamientos en el juego político de Bahia.

PALABRAS-CLAVE: Faustino Ribeiro Junior; Prácticas de curación; Periódicos.

“Curandeirismo” nas páginas do *Diário de Notícias*

Em 1903 aportou na capital baiana um renomado “curandeiro” conhecido em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e posteriormente no Pará (1906), por suas “curas maravilhosas”, sua “teosofia” e seus “dons mesméricos” (ROCHA, 2015b). Ao desembarcar em Salvador, Faustino Ribeiro Junior causou muito alarde nos periódicos locais e nos órgãos de higiene. Branco e letrado, filho de um juiz de direito de Campinas, que curava com a imposição das mãos, Faustino confundiu os sinais para as elites da cidade, acostumadas a lidar com a repressão aos candomblés, aos batuques e, de modo geral, às práticas sociais, culturais e religiosas africanizadas.

A história de Faustino está inserida no contexto no qual a ânsia pela modernização do país se fazia presente. Na realidade já estava presente desde o século XIX, mesmo que estabelecida de forma conflituosa entre liberais e conservadores. No início do século XX, tal discurso se projetava como um dos principais caminhos, ou o discurso de estreia, para a República. As regras de controle já estavam postas no XIX e o africano era o alvo principal.

Ele nasceu no ano de 1870. Formou-se professor pela Escola Normal Superior de São Paulo, no início dos anos 90 do século XIX. Em meados da década de 1890, quando atuava como inspetor escolar, passou a realizar curas com a imposição das mãos. Após isso, começou a transitar entre São Paulo e Rio de Janeiro realizando suas curas. Entrou em diversos embates naquelas localidades. Fez-se famoso e usou de seu prestígio para angariar clientes em outros Estados, como a Bahia (ROCHA, 2015b).

Em 8 de julho de 1903 o *Diário de Notícias* (1903, p. 1) anunciava a chegada de Faustino Ribeiro Junior, que se hospedara em uma pensão, à rua Visconde de Itaparica, número 24, no centro da cidade. A presença de Faustino Ribeiro criou, dias após sua chegada, um embate entre ele e o Inspetor de Higiene Pública, o renomado doutor Antônio Pacífico Pereira (1846-1922), amplamente veiculado pela imprensa. Esse embate e a própria figura de Faustino foram tratados pelos periódicos da cidade de Salvador, dando uma série de referências e imagens que os jornais tinham acerca da capital, da política, da saúde pública e ainda da forma pela qual esses jornais entendiam como o curandeiro deveria ser tratado pela justiça.

O *Diário de Notícias* foi um dos periódicos que mais se empenhou na empreitada jornalística sobre Faustino e muitas vezes pareceu se contradizer em suas concepções. Em um primeiro momento, 8 de julho de 1903, anunciou a chegada do curador, do Rio de Janeiro, em um pomposo navio alemão, o *Belgrano*. Enfatizou a fama e celebridade dele, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, por suas curas “hipno-psíquicas”, além de informar o novo endereço do “Professor”, que ocuparia uma pensão na rua Visconde de Itaparica, número 24 (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1903, p. 1).

A chegada apoteótica num navio internacional, a fama em outros estados por suas curas são alguns dos elementos utilizados para construir a imagem de Faustino em seu primeiro momento na Bahia. Vender a figura do curador parecia ser o objetivo primeiro do periódico

baiano, juntamente com o espaço de publicidade da primeira página do *Diário*. Nesse sentido, definir o endereço do “Professor” na publicação indicava o espaço onde os serviços do curador deveriam ser buscados.

Algumas semanas após o anúncio da chegada do “curandeiro”, que tanto “celebrizou-se” no Rio de Janeiro e em São Paulo, era possível perceber a receptividade com que a população soteropolitana o tinha acolhido. Um número bastante significativo de pessoas buscava Faustino Ribeiro Junior para curar suas moléstias. Segundo a matéria, o povo “se aglomera na frente do prédio” da pensão “chegando até a interceptar o trânsito” naquela região da cidade (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1903, p. 1).

Difícil mensurar a quantidade de pessoas que demandavam os “poderes curativos” de Faustino, sobretudo porque a notícia veiculada fazia parte dos espaços de anúncios publicitários no *Diário de Notícias*. Por outro lado, é possível que, dependendo das dimensões da rua, cujas características fundamentais - não sendo uma das avenidas principais do centro - eram os enfiamentos, um número não tão grande de pessoas bloqueava ou dificultava o acesso. Em outras palavras, mesmo sendo uma estratégia publicitária, a passagem de Faustino por Salvador criou uma demanda da população por sua cura.

A presença de Faustino nos jornais da época é a representatividade da fragilidade dos serviços médicos oficiais e da concorrência que as instituições médicas ainda sofriam no início do século XX, com o universo da “crença” e da “superstição”. A demanda do curador pela publicidade no *Diário de Notícias*, entretanto, teria um custo que de alguma maneira colocaria em xeque o posicionamento político do jornal. No dia 12 de setembro de 1903, o *Diário de Notícias* lançou uma nota em espaço editorial expressando a opinião institucional do jornal sobre as notícias relacionadas a Faustino. De acordo com a nota, os admiradores de Faustino difundiam que o *Diário* estaria de acordo com as práticas exercidas pelo curador. Foi preciso então que o periódico ressaltasse seu posicionamento diante de tal afirmativa, declarando “ser inexata semelhante afirmação”, acrescentando ainda que as “apreciações elogiativas [sic] que têm sido editadas nesta folha a seu respeito são meros RECLAMOS, publicados em espaços não editoriais do jornal, por conta exclusiva dos interessados” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1903, p. 3).

O *Diário de Notícias*, vinculado a Luiz Viana (1846-1920), fazia oposição - após a cisão no Partido Republicano com o governador Severino Vieira (1849-1917) - ao *Diário da Bahia*, que pouco se mobilizou diante da passagem de Faustino, talvez por ser o órgão oficial do governo em 1903, e/ou por não necessitar da publicidade para funcionar. Nesses termos, qualquer ranhura na imagem do *Diário de Notícias* poderia comprometer seu papel na política local. Isso porque o discurso do periódico não se afastava dos pressupostos da modernidade, pregados pelas elites da época. A retratação tem a ver também com o alinhamento das ideias do periódico com a perspectiva civilizadora e moderna da recém criada Inspeção de Higiene. Na busca por se afastar de Faustino e do que ele representava para as elites das época é que o editorial afirma,

Tais *reclamos* nem sequer passam sob as vistas da redação antes de serem estampados, como sucede a tudo o mais que entra no rol dos anúncios e correspondências pagas.

Afim [sic] de evitar estas e outras interpretações errôneas, cientificamos ainda uma vez o público de que quaisquer publicações mantidas entre duas linhas ou traços finos, em cima e em baixo, pertencem ao número das publicações ineditoriais (sic), com as quais nada tem que ver a redação (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1903, p. 3.)

Depois de esclarecer seu posicionamento, o *Diário* iniciou os ataques ao governo. O principal instrumento da oposição para atacá-lo foi Faustino Ribeiro Junior, sobretudo porque o curandeiro estabeleceu uma relação de proximidade com o governador, Severino Vieira. No cenário político da Bahia, entre os anos de 1901 e 1906, o unipartidarismo imperava, materializado na fundação do Partido Republicano da Bahia, com aspirações da “burguesia agrocomercial”. Segundo Consuelo Novais Sampaio (1978, p. 45), a ascensão de Severino Vieira ao governo, em 1900, tornou inevitável a cisão entre *vianistas* e *severinistas*. Este processo de separação fez a oposição, “também combatida”, aliar-se à corrente *severinista*. Foi esse conflito que fez surgir em 1901, o PRB.

O contexto do unipartidarismo não significa que não houve oposição ao governo. O *Diário de Notícias*, dentre outros periódicos, foi fundamental nessa empreitada, pois aproveitou da inoperância das autoridades sanitárias em relação a Faustino para desferir suas críticas à administração de Severino Vieira. Algumas semanas antes da retratação, o posicionamento ostensivo em relação ao curandeiro começava a se delinear. No dia 3 de agosto de 1903, o *Diário* se posicionou, mesmo que fora de suas manchetes, acerca da atuação de Faustino Ribeiro. Segundo a notícia,

o Sr. Faustino mantém aberto um consultório, aceita chamados para domicílios, cobrando honorários, alguns até exorbitantes, como os das visitas *médicas* que arbitra em 50\$000, além dos 20\$000 do carro que o conduz, e tudo isto sem pagar impostos, sem prestar a mínima satisfação à higiene e à polícia (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1903, p. 5)

Satisfação à higiene e à polícia significava, entre outras coisas, ser diplomado em uma das Faculdades de Medicina do país ou ter diploma convalidado e permissão para exercer a medicina. O articulista segue afirmando sua posição: “este senhor não é diplomado por nenhuma faculdade da República, e como tal, se acha incurso em criminalidade perfeita e salutarmente prevista em o nosso vigente código penal” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1903, p. 5).

As acusações do periódico não pararam por aí. Além da prática ilegal da medicina, propalou que Faustino Ribeiro estava associado ao espiritismo, estando sujeito a ser enquadrado por outro artigo do Código Penal. A Lei de 1890 visava coibir as crenças em atividades extrafísicas, que não pertenciam ao universo científico, como o magnetismo, a transmissão de energia (DAMÁZIO, 1994) e, mais imediatamente, o universo da crença africanizada que fincava o país no “atrasado passado colonial”, segundo as concepções da época. (ROCHA, 2012) Segundo o articulista,

filiado nesta seita, de que se vale para inculcar curas de moléstias curáveis ou incuráveis, o fato bem expressivo de [...] ter colocado no seu consultório do Rio de Janeiro e S. Paulo diversos quadros com dizeres ou máximas espíritas.

Ora, em tais condições, está o Sr. Faustino incurso no artigo 157 (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1903, p. 5).

O espiritismo, tal qual aponta a matéria, era enquadrado no Código Penal de 1890. O código foi instituído pelo decreto 847 de 11 de outubro daquele ano. Segundo Emerson Giumbelli (1997, p. 79), foi “o primeiro conjunto de leis a definir a nova ordem jurídica associada ao nascente regime republicano”. De acordo com o artigo 157, quem praticasse o espiritismo, a magia, usasse talismãs e jogos de cartas com fim de “fascinar e subjugar a credulidade pública” estaria sujeito aos rigores da lei. Entretanto, apesar de o Código Penal enquadrar o espiritismo como uma infração sujeita à pena, a Constituição de 1891, contrariamente, liberava as atividades religiosas. Justamente por esses termos que Ana Lúcia Schritzmeyer (2004) afirma que o código penal de 1890 foi elaborado às pressas e recebeu muitas críticas por sua orientação excessivamente clássica, muito pouco preocupado em contemplar as formulações da criminologia positivista.

Entretanto, de uma maneira ou de outra, o que estava em jogo em relação ao espiritismo atribuído a Faustino era sua capacidade de angariar adeptos pelos estados por onde passou e pelos vários espaços da Bahia como Alagoinhas, Catu, Nazaré e Cachoeira (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 30 jul. 1903, p. 1; DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1903, p. 5; CORREIO DO BRASIL, 1903, p. 1; A ORDEM, 1900, p. 2; A BAHIA, 1903, p. 2), ou “inculcar curas de moléstias curáveis ou incuráveis”, como afirmou o colaborador do *Diário de Notícias*, baseando-se no Código Penal.

Tal capacidade estava diretamente ligada à aceitação de Faustino entre os sujeitos sociais da época. Nikelen Acosta Witter (2007) afirma que os curandeiros de uma maneira geral estão inseridos em um espaço onde a crença já estava estabelecida e os doentes tinham autonomia sobre seus corpos. É possível inferir a partir daí que há uma relação de circularidade entre o universo da crença e o curandeiro. Dito de outro modo, não é a crença ou a superstição da população que cria o curandeiro, o feiticeiro e os praticantes da medicina alternativa. Havia na realidade uma troca constante entre curadores e curados. Muitas pessoas deste período, em seu dia a dia, se valiam de práticas domésticas para cuidar dos doentes: chás, vomitórios, purgativos, resguardos alimentares, simpatias, segredos de velhas parteiras, regiam os hábitos das pessoas. Segundo Venéia Durando Braga Rios (2001, p. 34), “o povo, no seu saber ancestral, tinha aprendido a lidar com as doenças comuns; os médicos pareciam não saber lidar com as doenças epidêmicas ou endêmicas”. Muitos dos procedimentos médicos “estavam amparados nos chás, emplastros, sinapismos, fricções etc. e, numa apreciação distanciada, pouca diferença se faria entre as duas práticas”.

Mas o “saber ancestral” não era muito bem visto pelas autoridades da época. Quando Faustino aportou em Salvador, a cidade estava permeada pelo feitiço e práticas africanizadas. Os periódicos e seus articulistas já sabiam o que dizer acerca das práticas de cura de Faustino, pois refletiam a sociedade na qual estavam inseridos. É possível perceber um curandeiro que não era baiano, não era negro e que estava procurando se afastar das práticas de curas afrobrasileiras. Mas aportou num ambiente onde tais práticas eram constantemente hostilizadas. Esse cenário hostil permite-nos entender melhor o ambiente no qual Faustino chegou a Salvador e a perseguição que sofreu.

Faustino estava confundido os sinais para as elites soteropolitanas. Ou seja, ele embaralhava algo que parecia muito bem esclarecido e definido para as elites de Salvador. No pensamento das elites da época, somente negros africanos eram crédulos e supersticiosos e inculcavam nos brancos da alta sociedade tais credulidades. Faustino colocava em cheque tais

certezas. Isso porque, para os médicos e juristas brasileiros, lançando mão de teorias raciais, acreditavam que os “crédulos em fenômenos mágicos e religiosos eram ou primitivas vítimas de seu próprio atraso cultural ou civilizadas vítimas de poderosos charlatães e instituições [...] embrutecidas” (SCHRITZMEYER, 2004, p. 25). No caso da Bahia, que andava às voltas com o elevado número de negros e práticas africanizadas, Faustino fugia a regra sendo branco, letrado e com uma rede de relacionamento bastante densa.

Nesse cenário, o periódico *A Bahia* desferiu seu golpe contra a superstição popular associando-a ao grande sucesso que o “bota-mão” obteve em sua passagem por Salvador. De acordo com o articulista,

Com estranha anomalia, e sempre com crescente curiosidade, se vão desenrolando aqui os fatos que se propalam das fantásticas tentativas deste inesperado e já famoso curandeiro. [...] [O] que é certo é que, a credence geral já se avoluma muito em tomo do explorador. [...] Que importa realizem-se estas na ventura com que os candomblés festejam o santo do dia, ou em práticas charlatanescas com que profissionais conhecidos apregoam também a excelência de seus métodos de hipnose para todas as curas? [...]

Entre uns e outros, entre o atordoamento dos candomblés e os passes do hipnotismo, um lugar de honra não pode ser recusado ao professor Faustino, como elemento de transição, entre o fetichismo e o ocultismo.

[...]

Não seria possível recusá-las, nem impedi-las em nosso meio, onde as superstições de todos os gêneros se alastram em todas as camadas sociais (A BAHIA, 19 out. 1903, p. 1).

Com superstição e tudo, o que estava em jogo para o articulista de *A Bahia* era a relação entre as práticas do “mago Fausto” e os rituais do candomblé. A diferença fundamental entre ambas residiria na ausência de ritos, imagens, substâncias, cânticos e bebidas no procedimento curativo de Faustino, que estariam presentes no candomblé. Faustino teria um “lugar de honra” como elemento de transição entre o fetichismo e o ocultismo, o que conferia a ele características necessárias para se enquadrar enquanto mobilizador e difusor dos sujeitos sociais “supersticiosos” de Salvador.

Perspectivas como a de Donald Warren Jr. (1968) compreendem uma aproximação entre as práticas religiosas africanizadas e o espiritismo que imputavam a Faustino. O autor traz nessa abordagem uma contribuição relevante para compreendermos a receptividade das ideias da doutrina vinda da Europa. Ele enfatiza que a maioria dos espíritas brasileiros privilegiavam seus aspectos religiosos, em detrimento do científico - ideia revisitada e questionada por Emerson Giumbelli. Isso teria a ver com a extensa presença de “médiuns curadores” e com o fato de os “espíritos desencarnados” poderem ser, nos degraus da hierarquia evolucionista da doutrina Espírita, equiparados a ‘santos católicos’ - se “superiores” -, ou a ‘almas penadas’ - se “atrasados” (WARREN JR, 1968). Na concepção do autor, essa seria a perspectiva que aproximaria as práticas espíritas e aquelas envolvendo tradições africanas e as do catolicismo popular (GIUMBELLI, 1997, p. 19).

Nos termos propostos por esse cenário foi que o *Diário de Notícias* (30 jul. 1903, p. 1), modificando ou deixando claro seu posicionamento acerca da passagem do curador, trouxe à tona os artigos do Código Penal e “recomendou” Faustino à Justiça. Segundo o articulista,

Recomendamos, portanto, o professor Faustino Ribeiro Junior aos exmos. Srs. Drs. Antonio Pacífico Pereira, diretor de higiene, e João Pedro dos Santos, secretário de segurança pública, para que, apurada a verdade, tomem efetiva a ação penal em que indubitavelmente está incorrendo este cidadão.

A recomendação se deu porque era “incrível que numa capital civilizada se permitam coisas tais!”. Esse discurso, que se fazia presente em outras capitais e inclusive na Corte, era recorrente para atacar as práticas que contradiziam a imagem “civilizada” que se fazia da capital baiana. Criar oposição a essa perspectiva, ou se posicionar dubiamente em relação a ela, significava se colocar e se igualar aos que se colocavam como um entrave ao que se queria como civilização e progresso. Em relação às questões financeiras e materiais, a Bahia vivenciava um momento de crise financeira durante o governo de Severino Vieira. As limitações orçamentárias, dentre outros fatores da política local, impediam as reformas urbanas com intuito modernizador tais quais aquelas que ocorriam no Rio de Janeiro. Em Salvador, tais mudanças só começaram a acontecer anos mais tarde, no Governo de José Joaquim Seabra (1855-1942), entre os anos de 1912 e 1916 (LEITE, 1996).

Por outro lado, se não era possível “modernizar” e “civilizar” os espaços no plano urbano e material, no campo das ideias tal questão já se apresentava no pensamento das elites locais muito antes da passagem de Faustino por Salvador. Havia o desejo de modernizar as relações sociais, circunscrevendo, sobretudo, os afrodescendentes, porquanto sua presença em grande número na Bahia reiterava a ideia de que eram eles, a partir de suas “crendices” e “superstições”, os principais responsáveis pelo atraso, pela insalubridade e pela difusão de práticas culturais “incivilizadas”. Não obstante ser relacionado a essas práticas, por alguns periódicos baianos, Faustino nos permite tecer algumas reflexões acerca das distinções de classe entre o espiritismo e as práticas religiosas afro-brasileiras, como o candomblé.

Muitos discursos, um personagem:

Faustino e os periódicos da capital baiana.

Frequentemente, nos discursos jornalísticos, “curandeiros” e “feiticeiros” foram sujeitos de notícias que ilustravam as páginas policiais. De maneira ostensiva eram hostilizados em nome da tríade evolucionista: civilização, modernidade e progresso. Em nome da hierarquização das raças, aqueles que penetravam no universo africanizado, independente da classe social, eram vistos como vítimas dos incivilizados que atravancavam a evolução da sociedade. Entretanto, o caso de Faustino nos traz algumas características que fogem dessa premissa, visto que a prática curativa que ele utilizava tinha origens na Europa.

Faustino mobilizou de maneira diferente quatro periódicos da cidade de Salvador. O *Diário de Notícias*, que começou sua abordagem de maneira dúbia; os periódicos *A Bahia* e *Correio do Brasil*, na linha de ataque contra as práticas do “doutor bota-mão” e o *Jornal de Notícias*, único a mostrar simpatia pelo doutor paulista. É justamente a partir desses periódicos que surge a possibilidade de vislumbrarmos alguns pontos da distinção que havia

entre o candomblé e o espiritismo. Nos parágrafos que se seguem, veremos os caminhos que o defensor do “Professor” trilhou na tentativa de convencer o público leitor da retidão da reputação de Faustino.

A violência com que o poder público brasileiro executava as leis e projetos de saneamento repetia, na evidência de uma tentativa disciplinadora manejada pelos médicos, a forma tradicional da relação de dominação. Assim é que Maria Helena Souza Patto (1999, p. 183) argumenta que as “ações repressivas em nome das medidas higiênicas [...] eram realizadas quase sempre sob a coordenação do secretário de polícia, a quem cabia vigiar usos e costumes, aplicar multas, promover despejos e dar voz de prisão aos infratores”. De acordo com a autora, as ações de higiene foram marcadas pela “repressão grosseira”, tendo na polícia a presença mais concreta do Estado próxima ao povo.

Entretanto, outros autores relativizam essa posição. Gabriela dos Reis Sampaio (2001, p. 38) afirma que a Higiene e o Estado não compunham blocos homogêneos e coerentes. Muitas vezes entravam em atrito. Para além dessa perspectiva que enxerga a heterogeneidade na relação entre Higiene e Estado, a autora aponta uma “grande disputa e rivalidade no interior da classe médica”. Circundado por essas instituições, permeadas ora por divergências, ora por consensos, Faustino Ribeiro Junior teve quem saísse em sua defesa.

Essa história, do *Jornal de Notícia* em defesa de Faustino, começou com a negativa do jornal *A Bahia* (1903, p. 1) em publicar a carta de um missivista que tinha por iniciais E. C. A nota editorial do periódico, direcionada ao missivista, justificava a não publicação afirmando que: “A sua carta vai ficar reservada para quando formos à casa do professor Faustino. E de lá voltarmos convencidos de seu grande poder curador, se bem que muito nos mereça a palavra de E. C.”. A carta mencionada tratava-se de uma réplica de E. C. a um texto de *Epaminondas*, pseudônimo de um árduo defensor de Faustino no *Jornal de Notícias*.

Não conseguindo publicar sua missiva em *A Bahia*, E. C. submeteu-a ao *Diário de Notícias* que a publicou na íntegra. Segundo Carigé em sua carta,

Ilustres srs. Redatores do *Diário de Notícias*: o artigo de *Epaminondas*, inserto nas colunas do *Jornal de Notícias*, em defesa do professor Faustino Ribeiro Junior me obriga a escrever-nos [sic] esta missiva.

O meu humilde nome tem servido de graves censuras e a minha reputação tem sido atada ao poste de todas as invectivas e calúnias.

Felizmente a ressaca dos ápodos não pode alvejar a minha consciência.

Frisando as mentiras assacadas [sic] contra o professor Faustino, diz *Epaminondas*:

“6ª Que culpa tem o professor que em seu nome se façam explorações imorais? Que culpa tem ele ainda que os adeptos das diversas seitas o proclamem como confrade, pelo interesse da propaganda?”

É necessário que *Epaminondas* declare, quais os cidadãos que têm feito *explorações imorais* e quais os nomes dos adeptos das diversas seitas que proclamam o professor Faustino como confrade pelo interesse da propaganda.

Epaminondas que deve amar a verdade terá a gentileza de satisfazer o meu justo pedido, orientando ao mesmo tempo o público, separando o joio do trigo.

Sou, srs. Redatores, com todo o respeito e simpatia vosso ex-corde e leitor (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1903, p. 3).

O missivista era Eduardo Augusto Carigé Baraúna (1851-1904), um renomado abolicionista que atuou nos fins do século XIX em Salvador. Se Carigé se ofendeu, é bem provável que *Epaminondas* estivesse relacionando sua atuação enquanto abolicionista com as crenças das populações africana e afrodescendente, inferido que Faustino era uma pessoa de reputação ilibada e que não tinha culpa que “em seu nome se façam explorações imorais” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12 ago. 1903, p. 2).

Dias antes, o *Jornal de Notícias* já havia mostrado sua simpatia por Faustino contrariamente ao *Diário de Notícias*. A matéria do *Jornal de Notícias*, por ser grande e dispor de muitas informações, será fragmentada para melhor fluidez da análise. De acordo com *Epaminondas*,

Tardiamente surgiu o *Diário de Notícias* contra o professor Faustino Ribeiro Junior. Dissemos tardiamente, porque se dele se tivesse ocupado logo que aqui chegou, talvez calassem no espírito público as alusões caluniosas e injuriosas, assacadas contra o referido professor, que, se não é santo, tem, entretanto, as qualidades dos santos: extrema bondade, carinho para os sofredores, humildade, paciência e abnegação, conservando sempre o espírito na região serena da paz e do amor, mesmo no meio dos embates do mal. [...] Demais, não sabemos que transição foi essa por que passou o *Diário*, quando num dos últimos números prometeu brevemente publicar uma relação das pessoas curadas! (JORNAL DE NOTÍCIAS, 6 ago. 1903, p. 2).

O periódico se ocupa num primeiro momento em atacar o posicionamento do *Diário de Notícias* contra Faustino, alegando que, se tivesse acompanhado Faustino desde a sua chegada, não se posicionaria de tal maneira, caluniando o “mago”. Em seguida, passa a reverenciar as virtudes morais de santo do curador. Retomando os argumentos contra o *Diário* (1903, p. 3), em letras garrafais questiona o silenciamento acerca de um anúncio que o periódico havia feito no dia 30 de julho, no qual afirmava que em breve publicariam “uma relação das pessoas que se dizem curadas pelo referido professor”.

Alguns dias antes, o *Jornal de Notícias* (1903, p. 2), que parecia ter um grupo de simpatizantes de Faustino, listou algumas notícias elogiosas da passagem do “curandeiro” em São Paulo e brandiu contra a postura do *Diário de Notícias* que, ao invés de mandar “pessoa competente de sua digna e independente redação acompanhar e ver o que faz o professor Faustino [...] para esclarecer ao público, declarou-lhe trevas”. Segundo a matéria, assinada por *Os cegos que pedem luz*, parecia que o *Diário*, agradando unicamente aos clínicos e farmacêuticos, desagradaria aos adeptos do professor, que eram em muito maior número. O alerta que o *Jornal* fez não foi sem motivo. Os clientes de Faustino extrapolavam aqueles que ocupavam os espaços de pobreza de Salvador, chegando aos comerciantes, advogados, promotores e abastados que simpatizavam com a causa do curador peregrino (BRASIL, 1903).

Na sequência do discurso dual, de acusação do *Diário* e absolvição do curador, *Epaminondas* continua sua argumentação acusando o periódico de instigar a Inspeção de Higiene a barrar os serviços curativos de Faustino.

Foi esse jornal que, apoiando-se num amontoado de inverdades, contra um homem que, longe de praticar o mal, tem feito os maiores sacrifícios em prol dos seus semelhantes

que sofrem; foi esse jornal, repetimos, quem instigou a autoridade sanitária do estado a mandar suspender as consultas no gabinete do professor Faustino, atirando no desconsolo e na aflição centenas de infelizes, que estavam recebendo alívio sob o manto protetor do grande filantropo. Impiedosamente rasgaram esse manto, deixando os infelizes sitiados entre dois males terríveis: - a doença e a miséria.

A imprensa, como órgão que orienta a opinião, deve inspirar-se no bem geral, sempre que tiver de ventilar ou discutir os fatos que se desdobram no seio da sociedade.

Infelizmente, porém, o critério jornalístico parece ressentir-se da crise moral que avassala o nosso país. A leviandade, a incoerência, a impiedade constituem hoje base do programa. A honra é o alvo preferido (JORNAL DE NOTÍCIAS, 6 ago. 1903, p. 2).

A crítica a uma imprensa incoerente era o alvo de *Epaminondas*. Em contraste, colocava o *Jornal de Notícias* face a face como *Diário de Notícias*, afirmando ser este último um órgão que não se interessava pela coletividade redundante, nem auxiliava os cidadãos no exercício de seus direitos e que não fiscalizava os poderes públicos contra os abusos em suas funções. Mas talvez não fosse a falta de convicção política e orientação filosófica que fizeram com que o *Diário* se posicionasse de tal modo em relação a Faustino, instigando os órgãos de higiene à sua “caça”. Pelo contrário, é possível que justamente as convicções e conhecimento do jogo político local fizessem com que este periódico se posicionasse contra o curador, porquanto fazer vistas grossas a Faustino, um sujeito que se colocava como entrave ao discurso de civilização, modernidade e progresso era, também, se afastar, de alguma maneira, do jogo político local.

Depois da queda dos *vianistas*, em 1900, o periódico foi vendido ao coronel Vicente Lins do Amaral, só voltando a ser editado em 1903. Naquele período, o *Diário* adotou postura combativa e vigilante, contando com nomes de destaque como Afrânio Peixoto e Xavier Marques (ENTREV, 1990). É de se esperar, portanto, que um periódico que se alinhava com as concepções de “modernidade” e “progresso” da época, não apoiasse a livre atuação de um curador como Faustino. Essa postura significava estar de acordo com as premissas do jogo político da época. Nesse sentido, atacar a figura de Faustino, ou no limite, tergiversar em torno de sua imagem, significava muito mais a materialização de uma convicção política no jogo vigente do que a falta dela, como apontou *Epaminondas*. Igualmente, visava dar manutenção às características comerciais do periódico, já que o *Diário* também vivia da publicidade.

Após desferir seus golpes contra a “imprensa incoerente”, *Epaminondas* passou a elencar os sete pontos que constituíam mentiras contra Faustino. Dentre eles, o de número seis, que incomodou bastante o abolicionista Eduardo Carigé, por não separar o “joio do trigo”, e foi motivo de sua missiva para o *Diário*. Prossegue sua análise enfatizando as características morais do Professor, e afirmando que

Com relação ao professor Faustino, o *Diário* [de Notícias] ficou em franca oposição à opinião pública, o que não constitui, por certo, elementos de progresso para um jornal.

O professor Faustino não é homem vulgar; dotado de um espírito superior, de uma vontade enérgica, de um caráter intransigível, [sic] de uma alma equilibrada, é o tipo verdadeiramente moral. Forte e procurando atingir à maior perfeição moral, não se deixa corromper na corrente de ódios e indignação dos fracos.

No íntimo, podemos jurar que o professor já perdoou as ofensas que lhe foram lançadas. Conhecido em S. Paulo, como jornalista vigoroso e robusto manejador da língua, sabemos

que o ilustre professor pode defender-se vantajosamente em qualquer conjectura. Entretanto, na ocasião em que diversos amigos o aconselhavam a rebater as agressões da imprensa, ouvimos de s. s. as seguintes palavras, que nos parecem de um alcance extraordinário: “Deposito a minha confiança em Deus e apoio-me na calma da minha consciência” (JORNAL DE NOTÍCIAS, 11 ago. 1903, p. 2.)

O enaltecimento das características morais do curador foi uma das armas utilizadas pelo periódico para a sua defesa pública. Para *Epaminondas*, Faustino era aquele de “alma equilibrada”, de “perfeição moral”, aquele que perdoa e que confia em Deus para acalmar sua consciência. Afirmar a crença em Deus era uma tentativa de aproximá-lo dos católicos e ainda mais: garantir que estes não se voltassem contra as práticas de Faustino.

Epaminondas parecia travar um duelo particular com o *Diário de Notícias* usando como canal o *Jornal de Notícias* para desferir suas considerações em favor de Faustino Ribeiro. Entretanto, dias mais tarde publicou um texto no *Diário* - na mesma linha dos que ocupavam, em sua maioria, as segundas páginas do *Jornal de Notícias* - onde colocava a ciência como um entrave à boa caridade de Faustino Ribeiro, em defesa de uma causa que era ao mesmo tempo “do direito e do povo”. De acordo com *Epaminondas* nas páginas do *Diário*,

A inspetoria de Higiene [...] em vez de procurar na ciência, como era de esperar de homens que a cultivam, consoante à civilização e luzes do século, a explicação das extraordinárias e surpreendentes curas que milhares de pessoas atestam haver o professor realizado, prefiro [sic], exorbitando de suas atribuições, abusando do seu poder, coagir o professor em sua liberdade proibindo-lhe o exercício dos atos lícitos que tem praticado. [...]

Ora, a exigência de diploma científico ou título de habilitação é, evidentemente, um estorvo, um obstáculo, um embaraço ao exercício da profissão. [...] Logo, se o exercício da profissão é livre, como o texto consagra, não pode ser ao mesmo tempo dependente da condição de habilitação por título científico. A conclusão é irrecusável.

E por ser constitucional a disposição em que este raciocínio se apoia, segue-se que não pode ser contrariada por nenhuma lei ordinária, assim da União como do Estado.

Assim, é evidente que assiste ao professor Faustino o direito de manutenção de posse (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12 set. 1903, p. 3).

Para *Epaminondas*, a exigência de um diploma era um estorvo ao exercício da profissão. Essa era a mesma posição do Centro Positivista do Brasil, para essa instituição a caça aos curandeiros só fortalecia o curandeirismo. De acordo com Gabriela dos Reis Sampaio (2001, p. 97), os positivistas, ao atacarem os privilégios dos médicos, “visavam liberdade para o acesso à ciência e seu desenvolvimento. Eles acreditavam que as academias embaraçavam o desenvolvimento científico, o que atrapalharia a divulgação do positivismo, baseado no progresso da ciência.” Na perspectiva de fazer a ciência progredir que os positivistas encaravam que os curandeiros não deveriam ser perseguidos.

O caso do Rio Grande do Sul é bastante emblemático. Segundo Beatriz Teixeira Weber (1999), alguns médicos fundaram a Faculdade de Medicina de Porto Alegre, nos idos de 1898, como uma estratégia de organizar um ambiente de discussão no estado, com o objetivo de consolidar a “ciência” médica. De acordo com a autora, entre os anos de 1892 e 1928, a administração política da região passou a ser orientada pelo positivismo, o que garantia a

liberdade profissional e religiosa. Essa realidade política possibilitou a proliferação de práticas de cura diversas, sem que houvesse prioridade do saber médico formal. Baseando-se na premissa do positivismo ou nas controvérsias entre a Constituição e o Código Penal, questões presentes nos debates jurídicos da época, que *Epaminondas* teceu seus argumentos em relação a Faustino.

Em termos jurídicos, havia um conflito entre as prerrogativas da Constituição de 1891 e o Código Penal de 1890. A divergência dizia respeito às liberdades profissionais e de culto. De modo geral, enquanto a Constituição predeterminava a liberdade religiosa, o Código Penal a proibia. Antônio Pacífico Pereira, renomado médico baiano, se manifestou a respeito desta discussão. Pacífico afirmou que qualquer que fosse “a diferença de redação entre os dois textos constitucionais, a questão é fundamentalmente a mesma” (JORNAL DE NOTÍCIAS, 22 ago. 1903, p. 2).

Nesse sentido, o Inspetor de Higiene apelou para as prerrogativas constitucionais para legitimar a profissão médica.

Faustino Ribeiro julga-se, porém, com o direito de exercer livremente a profissão médica, escudado pela Constituição da República, como se fosse possível interpretar o texto constitucional, admitindo essa liberdade ilimitada, que, na ordem social, conduziria os maiores absurdos e os mais graves perigos, entregando o exercício dessa delicada profissão, com todos os riscos e dificuldades que lhe são inerentes aos especuladores e ignorantes, que, sem consciência da grave responsabilidade que assumem, põem em jogo a saúde e a vida dos indivíduos e o bem estar da coletividade. Não é certamente o magistrado, que recebe todos os dias os largos subsídios que lhes presta a medicina legal na administração da justiça, que poderá nivelar os profissionais instruídos e doutos com os ignorantes curandeiros e charlatães (A BAHIA, 17 ago. 1903, p. 1).

A existência de uma legislação sobre a salubridade e a segurança do trabalho nas profissões, em que a ação oficial intervinha por medidas de repressão e vigilância, se fazia necessária, na visão de médicos como Antonio Pacífico Pereira. Segundo o discurso do Inspetor de Higiene, prolapado pelo periódico *A Bahia* (1903, p. 1), se liberdade profissional “absoluta não é admissível ao exercício de qualquer profissão, muito menos seria quanto ao exercício de medicina”.

A síntese do argumento do Inspetor Geral de Higiene era que no Brasil era livre o exercício da profissão médica, sendo necessário apenas que as medidas regulamentares fossem respeitadas. As medidas tinham por fim, segundo o inspetor, não somente proteger os médicos, mas prevenir atentados e crimes, com o objetivo central de “manter a ordem interna”. Esse argumento estava presente na ordem do dia, pois manter a ordem interna e preservar os hábitos eram os pressupostos de um projeto de modernização para uma sociedade que se pretendia civilizada - ao menos era o que aparecia no discurso de médicos e autoridades diversas que se manifestavam nos jornais de Salvador.

Os periódicos abrem um amplo leque para a pesquisa histórica. Possibilitam enxergar as contradições e as nuances da sociedade, visto que desvela, a partir de uma análise que problematiza as narrativas de imparcialidade, um complexo jogo de interesses e tensões no bojo das relações dos sujeitos com as instituições (LUCCA, 2008). Através dos periódicos, é

possível também perceber o esforço de Faustino para se movimentar dentro de uma sociedade onde a cidadania se apresenta num devir, principalmente para determinados grupos sociais ou pessoas que compartilham ou praticam a cultura dali advindos (ROCHA, 2015a).

Enfim, num cenário onde o exercício ilegal da medicina, materializado, sobretudo nas práticas de curas alternativas, Faustino Ribeiro Junior, mais do que um personagem controverso pelo prestígio que tinha em sua rede de relações, serviu involuntariamente ao jogo político local ocupando páginas de periódicos de oposição, dentre eles o *Diário de Notícias*, *A Bahia* e o *Correio do Brasil*, Esses jornais constituíram, no plano em que imperava o unipartidarismo, uma das únicas, senão a única maneira de fazer oposição política, uma vez que não estavam sobre as asas dos severinistas. As querelas discursivas protagonizadas pelo *Jornal de Notícias* de um lado e *A Bahia* e *Correio do Brasil*, foram fundamentais para chegarmos a essas considerações.

Notas

1 De acordo com Consuelo Novais Sampaio o jogo político na República era uma extensão, “acomodação”, da política imperial. Nesses termos, o discurso jornalístico, peça fundamental na política da época, se apresentava também como uma extensão da política imperial (SAMPAIO, 1978, p. 45)

2 O periódico pertencia a José Marcelino de Sousa (1848-1917), que governou a Bahia entre os anos de 1904 e 1908. Marcelino foi indicado por Severino Vieira para a sucessão do governo do Estado, nas eleições de 15 de novembro de 1903, como candidato do Partido Republicano, devido à negativa de Senhor Paula Guimarães, candidato do “coração” de Severino Vieira, segundo Antonio Aragão. Essa indicação é mais um indício de que o jogo político não consistia em todo numa “acomodação”. Isso porque, parte da população também sabia pressionar os políticos, como aconteceu na “guerra do comércio”, motivada pelo aumento nos impostos sobre o álcool, os comerciantes se reuniram e protestaram contra o tributo, sob os fundamentos de extorsão. Grande número dos comerciantes cumpriu a deliberação da Associação Comercial e durante os dias 25, 26 e 27 de novembro permaneceram com as portas fechadas (ARAGÃO, 2010, p. 154-7).

3 Expressão utilizada pelo periódico *Correio do Brasil* para se referir pejorativamente a Faustino. Tal alcunha atribuída a Faustino relaciona-se à maneira como ele realizava as cura através da imposição das mãos.

4 Segundo o autor, os trabalhos produzidos sobre o Espiritismo no Brasil concluíram que “a complementaridade originária entre ciência e religião não conseguiu ser mantida abaixo da linha do Equador, onde se debateriam, inconciliáveis, intelectuais e místicos. [...] Nesse sentido, parece-me mais interessante esboçar, através de suas categorias e raciocínios básicos, um campo comum no interior do qual os espíritas transitavam, reafirmando que isso pode ser conseguido a partir da tematização do par ciência e religião em suas variadas e complexas articulações. [...] Percebemos que ciência e religião aparecem, em primeiro lugar, para designar personagens e lógicas antitéticas. De um lado, a força milenar da Igreja Católica, construída em tomo de dogmas e formalismos, sempre oposta ao conhecimento obtido pela experiência e pela observação. De outro, a ciência nascente, positivista e materialista, a quem coube a virtude de trazer à humanidade a verdade sobre a natureza e os homens, ao preço, contudo, do desprezo a tudo que possa ultrapassar o limiar do visível. Como tais, ciência e religião seriam duas forças em luta constante, e a clara vantagem com a qual estava

dotada a primeira estaria fazendo com que a humanidade se encaminhasse para a descrença e o materialismo” (GIUMBELLI, 1997, p. 69; 77).

5 De acordo com Ricardo Tadeu Caires Silva (2011; 2012), Carigé, nos fins do século XIX, “vivia de imprensa”, mais especificamente das reportagens que fazia para a *Gazeta da Tarde*, órgão abolicionista de propriedade de Pamphilo de Santa Cruz. Nas páginas desse periódico, sob o pseudônimo de Martilius, ele escreveu as Cartas ao Imperador. Considerado pelos companheiros como o principal líder abolicionista baiano, Carigé era sem dúvida o personagem mais ativo da Sociedade Libertadora Baiana, da qual se intitulava “procurador”. E foi nesta condição que ele agenciou não só a moção de centenas de ações de liberdade como também peitou de frente poderosas famílias baianas para defender os interesses dos escravos. [...] Em 1904, Eduardo Carigé administrava, em sociedade com Thomé Moura e Anselmo Pires de Albuquerque o Teatro São João, o que havia sido arrendado junto ao governo. Para o teatro, escreveu diversos trabalhos, entre os quais os dramas *O Roupeto*, *Cabral* e *A Plebéia*. Além disso, também era funcionário público, e exercia o cargo de Diretor da Biblioteca Pública Municipal.

6 Essa discussão é adensada na dissertação de mestrado “Professor Faustino, o ‘doutor bota-mão’: um curandeiro na Bahia do limiar do século XX”. Nela, além de discutir o pensamento jurídico e médico da época, tentamos entender, a partir da polifonia do sujeito, um contexto no qual a afirmação de um imaginário civilizador em que práticas e crenças se apresentavam como uma barreira a ser superada pela ciência e pelas leis.

Referências

- A BAHIA. **O Professor Faustino**: Habeas-corpus negado a concorrência do tribunal, p. 1, 22 ago. 1903.
- A BAHIA. **O professor Faustino. Carta de E. C.** Salvador, p. 1, 30 jul. 1903.
- A BAHIA. **O professor Faustino e a Inspetoria de Higiene.** Salvador, p. 1, 19 out. 1903.
- A BAHIA. **Professor Faustino (Nazaré).** Salvador, p. 2, 17 ago. 1903.
- ARAGÃO, Antonio Ferrão Moniz de. **A Bahia e os seus Governadores na República.** Salvador: Fundação Pedro Calmon, UEFS Editora, 2010.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Processo Penal. Recurso Criminal. Nº 169, Salvador, Bahia, 23 de setembro de 1903. Salvador, 1904. Cx. 551. 80f. s/p.
- CARIGÉ. Eduardo. Professor Faustino. **Diário de Notícias**, Salvador, p. 2, 12 ago. 1903.
- CURAS Milagrosas. A **Ordem.** Cachoeira, p. 2, 24 fev. 1900.
- Diário de Notícias (1875-1979); ENTREV. ALBUQUERQUE, W.; ENTREV. REQUIÃO, A.; ENTREV. SAMPAIO, A. (1990).
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Professor Faustino.** Salvador, p. 1, 8 jul. 1903.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Professor Faustino.** Salvador, p. 3, 30 jul. 1903.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Professor Faustino.** Salvador, p. 3, 27 ago. 1903.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Professor Faustino.** Salvador, p. 1, 3 set. 1903.

- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Professor Faustino - O Popular**. Salvador, p. 5, 11 nov. 1903.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Salvador, p. 5, 3 ago. 1903.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Salvador, p. 3, 12 set. 1903.
- CORREIO DO BRASIL. **Flauteando**. Salvador, p. 1, 14 out. 1903.
- GIUMBELLI, Emerson. **Cuidado com os Mortos**: Uma história da Condenação e Legitimação do Espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional: 1997.
- JORNAL DE NOTÍCIAS. **O professor Faustino e a Imprensa do Brasil**. Salvador, p. 2, 6 ago. 1903.
- JORNAL DE NOTÍCIAS. **Professor Faustino**. Salvador, p. 2, 11 ago. 1903.
- JORNAL DE NOTÍCIAS. Salvador, p. 2, 22 ago. 1903.
- LEITE, R. C. **E a Bahia civiliza-se...** Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana. Salvador 1912-1916. 1996. f. 162. *Dissertação* (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.
- LUCCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- PATTO, Maria Helena Souza. "Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres". **Estudos Avançados**, v. 35, n° 13, 1999.
- RIOS, V. D. B. **Entre a vida e a morte**: medicina, médicos e medicalização na cidade de Salvador, 1860 - 1880. 2001. 186f. *Dissertação* (Mestrado em História Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2001.
- ROCHA, Rafael Rosa da. Faustino Ribeiro Junior: alimentação, saúde, doença e práticas curativas em Salvador no limiar do século XX. **História Revista**, Goiânia, v. 20, n. 3, p. 42-56, 2015a.
- ROCHA, R. R. **O feiticeiro**: a representação da cultura negra em Xavier Marques. 2012. f. 105. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas. 2012.
- _____. **Professor Faustino, o "doutor bota-mão"**: um "curandeiro" na Bahia do limiar do século XX. 2015. f. 139. *Dissertação* (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015b.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os partidos políticos da Bahia na Primeira República**: uma política de acomodação. Salvador: Estudos Baianos, 1978.
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura**. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial. Campinas: Editora Unicamp, 2001.
- SANTOS, Aline; SILVA, Ricardo Tadeu Caires. "Notas de pesquisa sobre a vida do abolicionista Eduardo Augusto Carigé Baraúna (1851-1905)". In: **XV Seminário de História**. Paraná, 2012.
- SCHRTTZMEYER, Ana Lúcia Pastore. **Sortilégio de saberes**: curandeiros e juizes nos tribunais brasileiros (1900-1990). São Paulo: IBCCRIM, 2004.
- SILVA, Ricardo Tadeu. "Eduardo Baraúna Carigé (1851-1905): o Antônio Bento baiano". In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. XXVI, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação Nacional de História, 2011. p. 14.

UZEDA, Jorge. A. A **morte vigiada**: a cidade do Salvador e a prática da medicina urbana (1890-1930). 1999. f. 154. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador. 1992.

WARREN JR., Donald. "Spiritism in Brazil". **Journal of Inter-American Studies**, vol. 10, n. 3, p. 393-405, Jul., 1968.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar**: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-grandense - 1889/1928. Santa Maria: Edusc, 1999.

WITTER, Nikelen. A. "**Males e epidemias**: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)". 2007. 292f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2007.

*Recebido em 10 de abril de 2016
Revisado em 10 de setembro de 2016
Aceito em 14 de setembro de 2016*